

‘Esquerda precisa se apresentar unida em 2018 com uma alternativa ao desmonte do Estado’

25/10/2017

A esquerda carrega a fama de se dividir com frequência e de ter grande dificuldade em construir unidade entre suas diferentes forças. O processo do golpe que afastou a presidenta Dilma Rousseff e colocou Michel Temer no governo, dando início a um processo de desmonte de direitos e políticas públicas construídas na última década, aproximou a luta de partidos e organizações de esquerda que, até então, não se encontravam. A proximidade das eleições de 2018, porém, mesmo que a realização destas esteja cercada por um véu de incertezas, mostra que os caminhos da divisão seguem abertos. Superar esse caminho da divisão é o principal desafio que a esquerda tem para 2018, diz Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre e integrante do Diretório Nacional do PT.

Em entrevista ao **Sul21**, Pont fala sobre o processo eleitoral de 2018 e, em especial, sobre a disputa para o governo do Estado. Ele defende a construção de uma ampla frente política com os partidos que lutaram contra o golpe e seguem lutando contra o desmonte de direitos e em defesa da democracia. “O que a gente ouve na rua das pessoas que estão lutando contra esse processo de desmonte e de ataque à democracia é que elas querem uma alternativa. Não uma alternativa isolada e demarcatória simplesmente, mas um projeto que tenha força e capacidade e de disputa”, defende o ex-prefeito da capital gaúcha. E acrescenta:

“Precisamos nos apresentar à sociedade como um bloco sólido. Precisamos sentar à mesa e discutir um programa. Isso não significa abrir mão de nada, de debates estratégicos que podem nos diferenciar em um ou outro aspecto. Neste momento, o que a população espera do conjunto da esquerda no Rio Grande do Sul é a apresentação de uma alternativa concreta, o que passa pela elaboração de um programa comum”.



“O ataque à democracia, que ocorreu no processo do golpe, fica a cada dia mais escancarado”.

(Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Sul21: Estamos chegando ao final de 2017 e o debate sobre o processo sucessório para o governo do Estado vai ganhando espaço, inclusive já com o lançamento de pré-candidaturas. Como é que o PT entra neste processo, na sua avaliação?

Raul Pont: Temos uma resolução aprovada no sexto congresso do partido, que aponta claramente para a não coligação do PT com os partidos golpistas. Acho que isso deve orientar todos os estados, incluindo o Rio Grande do Sul. Os debates feitos na direção partidária estadual vão nesta direção. Durante o processo de impeachment, foi organizada em Brasília uma frente de partidos que denunciou o golpe e tentou conquistar a antecipação das eleições diretas para presidente ainda este ano, o que não avançou muito. Essa frente incluiu PT, PCdoB, PSOL, PDT, Rede e partidos que não tem representação na Câmara, mas estavam na rua denunciando o golpe, como o PCO e uma parcela considerável do PSTU, hoje organizada em um movimento chamado Mais. O movimento Raiz, encabeçado pela Luiza Erundina, ainda não é um partido, mas também já tem ramificações importantes pelo país.

O ataque à democracia, que ocorreu no processo do golpe, fica a cada dia mais escancarado. Estamos diante de um golpe ilegítimo e ilegal, com a cumplicidade do Supremo Tribunal Federal que também está cada vez mais desmoralizado pela incoerência das posições que assume. A justiça é seletiva, dependendo de quem é o cidadão acusado. É uma situação muito difícil, mas não creio que seja desesperadora, no sentido de não existir nenhuma saída. No caso do Rio Grande do Sul, o alinhamento das políticas de Temer, Sartori e Marcezan demonstra claramente que o inimigo do interesse nacional e popular está bem visível. Esses três governos têm a mesma visão de uma austeridade fiscal suicida em um momento de crise cíclica do capitalismo.

Diante deste quadro, o que a gente ouve na rua das pessoas que estão lutando contra esse processo de desmonte e de ataque à democracia é que elas querem uma alternativa. Não uma alternativa isolada e demarcatória simplesmente, mas um projeto que tenha força e capacidade e de disputa. Nós vivemos a experiência da eleição municipal aqui em Porto Alegre no ano passado, onde a nossa candidatura e a candidatura do PSOL, somadas, chegaram a praticamente 30% dos votos, em uma condição de brutal desigualdade de recursos financeiros e de cobertura de mídia. Mesmo assim, chegamos a esse patamar, mostrando que há um eleitorado importante na cidade que entendia que o governo que findava e este que não tinha começado ainda eram nefastos para a população.



“Precisamos ter grandeza política e clareza de raciocínio”.
(Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Neste momento, o que mais precisamos ter é clareza política com grandeza de raciocínio e de análise sobre a conjuntura que estamos vivendo. Estamos fazendo um esforço nesta direção em defesa de uma política de aliança com os partidos que lutaram contra o golpe e seguem lutando contra o desmonte de direitos. Esse campo está sintonizado com a luta dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos estudantes, dos grevistas que estão na rua lutando contra o neoliberalismo em curso no Estado e no país. Precisamos nos apresentar à sociedade como um bloco sólido, incluindo os partidos que estão nesta luta. Precisamos sentar à mesa e discutir um programa. Isso não significa abrir mão de nada, de debates estratégicos que podem nos diferenciar em um ou outro aspecto. Neste momento, o que a população espera do conjunto da esquerda no Rio Grande do Sul é a apresentação de uma alternativa concreta, o que passa pela elaboração de um

programa comum.

Sabemos que o sistema eleitoral não nos ajuda. Infelizmente, não ocorreu a aprovação da figura da federação partidária, que facilitaria a construção desse tipo de aliança, como ocorre no Uruguai, onde a Frente Ampla reúne diferentes partidos. Ela tem um programa e estatuto próprios, mas é composta por um conjunto de forças políticas que têm suas identidades e particularidades, mas atuam unidas contra o inimigo comum. É o que precisamos fazer aqui.

Sul21: Já estão ocorrendo conversas neste sentido aqui no Rio Grande do Sul?

Raul Pont: Temos nos reunido com lideranças desses partidos à luz da iniciativa da frente contra o golpe construída em Brasília, coordenada pelo senador João Capiberibe, do PSB, partido que, também aqui no Rio Grande do Sul, gostaríamos que estivesse no nosso campo. Queremos construir um polo de debate com os partidos que mencionei com o objetivo de construir um programa comum. Não é o momento de cada um já vir com o seu candidato. Cada partido tem os seus processos internos e, em um sistema de dois turnos, podem ter uma candidatura própria ainda no primeiro turno. Eu entendo que, considerando tudo o que está acontecendo e o sentimento que hoje aflora entre professores, funcionários e trabalhadores de diferentes setores, é necessário um grande esforço da nossa parte para construir uma unidade em torno de um programa comum.

O nosso inimigo principal é o núcleo formado por PMDB e PSDB que dirigem o processo de golpe, de ataque à democracia e de desmonte de direitos, com o apoio de alguns partidos menores. Estes são os inimigos da democracia, do país e da população brasileira. Precisamos ter um bloco político que se contraponha a esse núcleo com um programa, que certamente não será o programa ideal de cada um, mas será um programa que a população espera. Há muitas pessoas que estão tomando consciência do golpe e, ao mesmo tempo, estão na rua brigando por seus direitos. Outras estão mais apáticas, têm dúvidas e estão desesperançadas, sem ver uma saída. Nós precisamos apresentar uma saída que tenha força. Isoladamente, não conseguiremos fazer isso. Se entrarmos de novo no processo eleitoral, cada um com o seu programa e com sua candidatura, remoendo problemas do ano passado, do ano retrasado, ou divergências históricas, não estaremos à altura do que a população espera de nós. Precisamos recuperar a esperança de que é possível ter um programa. Já fizemos isso, dá para fazer de novo e dá para fazer melhor.

Sul21: A esquerda tem certa tradição, na qual a unidade não é exatamente o forte. As divisões são frequentes. Você apontou dois desafios para a construção dessa frente: a elaboração de um programa comum e a definição de uma candidatura, que muitas vezes acaba implodindo essas tentativas de unidade. No último final de semana, o PCdoB manifestou a intenção de ter candidatura própria ao governo do Estado, citando a deputada Manuela D'Ávila e Abigail Pereira como possíveis nomes. O PT, que sempre teve candidatura própria ao governo, poderia eventualmente abrir mão da cabeça de chapa para viabilizar essa unidade?



“Temos um processo de consulta e de debate interno no partido que pretendemos concluir até o final de novembro”.

(Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Raul Pont: Cada partido tem o seu ritmo, a sua lógica interna e isso tem que ser respeitado. Cada um tem o seu sistema democrático interno de consulta. Nós também estamos fazendo isso no PT. Temos um processo de consulta e de debate interno no partido que pretendemos concluir até o final de novembro. Estamos ouvindo também figuras históricas do partido que já representaram o PT em cargos majoritários, como o Olívio, o Tarso, eu mesmo que já fui prefeito em Porto Alegre, lideranças da Assembleia e da Câmara dos Deputados. Também estamos em um processo de consulta junto às organizações da base do partido e com as entidades com as quais a gente sempre conversou. Esse processo está em curso e também estamos preocupados em oferecer um nome com muita força e legitimidade.

A Manuela é um nome forte aqui no Estado e já provou isso eleitoralmente. A Abigail já esteve conosco numa chapa junto com o Tarso. Eu e a Silvana Conti formamos uma chapa no ano passado, alcançamos uma unidade programática para disputar a Prefeitura e fizemos uma boa campanha. Gostaria de insistir que, neste momento, temos que ter a capacidade política de discutirmos um programa para o Estado, nem que isso se reflita só no segundo turno. Temos acordo em torno de vários pontos. Temos acordo, por exemplo, na necessidade de uma profunda democratização do Estado e da gestão pública, de voltar a ter mecanismos diretos para a participação da população. O atual governo extinguiu todas as instâncias e formas de participação.

Temos unidade também na defesa de que o Estado deve ter um setor financeiro sólido, que está sendo liquidado pelo governo Sartori com a venda de 49% das ações do Banrisul. Concordamos em que o Estado deve estar presente em alguns setores estratégicos. Não nos rendemos à lógica de que a energia elétrica, a telefonia, os pedágios ou a água sejam serviços voltados para a acumulação capitalista. Um sistema de transporte público de qualidade também é fundamental.

Nós temos acordo em torno destes e de outros pontos. Se conseguirmos construir um programa em torno desses temas fica mais fácil definir quem expressá-lo em uma candidatura. Os nomes têm que brotar deste processo de debate. Não é o caso de nos digladiarmos agora, discutindo quem está melhor na pesquisa, quem é bom ou ruim de voto. O que as pessoas esperam de nós hoje é muito mais esse gesto de construirmos uma unidade contra o inimigo comum que está liquidando com o município, com o Estado e com o país.

Sul21: Figuras históricas do PT, como Olívio Dutra e Tarso Genro, têm manifestado sua disposição de não concorrer ao Piratini. O ex-vice-governador e ex-ministro Miguel Rosseto vem aparecendo, de forma crescente, como possível nome do PT para o governo do Estado. Como está esse debate dentro do partido?

Raul Pont: Nós estamos concluindo um processo de consulta às figuras públicas do partido. Nos reunimos com o Olívio e nesta semana teremos uma reunião com o Tarso para ouvi-lo. É claro que isso não será uma decisão da Executiva do partido. Estamos organizando o debate para que possamos levá-lo a um congresso partidário. O nome do Miguel, de fato, é um dos nomes que vem sendo referendado por vários setores do partido. Ex-vice-governador, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, dirigente histórico do movimento sindical gaúcho e fundador do Sindipolo, ele tem toda uma trajetória não só na área política, mas também como presidente da Petrobras Biocombustíveis. Outro nome que surgiu é o do Edegar Pretto que vem tendo um grande destaque como presidente da Assembleia Legislativa.

Esse é um direito que todo partido tem. Mas, reafirmo que, neste momento, não acho que esse seja o debate principal. Acho que o principal agora é esgotarmos uma etapa importante que é a construção de um programa comum. Tenho absoluta certeza que é possível construir uma unidade neste campo de esquerda. Todo ano, o PDT rende sua homenagem à carta-testamento de Getúlio Vargas. Ora, essa carta é um manifesto político-partidário. Se as pessoas têm uma referência nela, honrá-la é estar contra o golpe, contra Temer e Sartori. E o campo da esquerda, que se reivindica como socialista e marxista, precisam ter esse compromisso mais ainda. A esquerda precisa se mostrar capaz de responder coletivamente a esse momento histórico que estamos vivendo.

Por Marco Weissheimer. Originalmente publicado em [Sul 21](#).

Compartilhe nas redes: